COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO CPL/PMU
Fls. .....
UNIÃO-PIAUÍ

# CONTRATO Nº 467/2022

## TOMADA DE PREÇO Nº 040/2022 – CPL/PMU

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMA DA QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA NO POVOADO DIVINÓPOLIS, ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE UNIÃO-PI, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, COMO CONTRATANTE, A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED E COMO CONTRATADA A EMPRESA: THECON ENGENHARIA LTDA.**

O MUNICÍPIO DE UNIÃO PI, estabelecido na Praça Barão de Gurguéia, 443, Centro, União - PI, neste ato representado pelo Sr. Exmo. Gustavo Conde Medeiros, Prefeito de União – PI, portador do CPF/MF nº 218.123.813-87, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa THECON ENGENHARIA LTDA, com sede e foro na cidade de União, Estado do Piauí, estabelecida Rua Machado de Assis nº 1335 B, Bairro Lourival Parente, inscrita no CNPJ Nº 22.214.604/0001-73 e Inscrição Estadual nº4536568, aqui representada por Fabio Tajra Hidd Pearce Brito, CPF nº 035.628.933-88, residente e domiciliado na Rua Jaime da Silveira nº 878, Bairro Morada do Sol em Teresina -PI, doravante chamada abreviadamente **CONTRATADA**, tendo em vista a homologação, pela PMU, da Tomada de Preço nº 040/2022 – CPL/PMU, conforme despacho exarado no Processo Administrativo nº 234/2022, e o que mais consta do citado Processo Administrativo, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, em conformidade com as normas da Lei nº 8.666, de 21/06/93, com as alterações nela introduzidas até a presente data, as quais submetem as partes para todos os efeitos, têm justo e acordado celebrar o presente Contrato, conduzido sob o regime de **EMPREITADA POR PREÇOS UNITÁRIOS**, regendo-se a contratação pelo fixado nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS QUE INTEGRAM O CONTRATO

São partes complementares deste Contrato, independentemente de transcrição, o Processo da **TOMADA DE PREÇOS Nº 040/2022 – CPL/PMU**, a proposta apresentada pela Contratada, seus anexos, os detalhes executivos, especificações técnicas, despachos e pareceres que o encorpam.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO CONTRATO

A **CONTRATADA** executará para a PMU/PI, sob o regime de Empreitada Por Preços Unitários, a **Execução das Obras de Reforma da Quadra Poliesportiva Coberta no Povoado Divinópolis, Zona Rural do Município de União-PI**, executando os serviços de acordo com os elementos técnicos constantes do processo da licitação de que decorre este contrato.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA APARELHAGEM E DO MATERIAL NECESSÁRIO A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A aparelhagem e o material necessários à execução dos trabalhos serão de responsabilidade e ônus exclusivamente da **CONTRATADA**, ficando estabelecido que a **CONTRATANTE** não emprestará nem fornecerá quaisquer ferramentas, aparelhos ou veículos.

## CLÁUSULA QUARTA - DAS NORMAS E ESPECIFICAÇÕES DOS BENS E DA EXECUÇÃO

As obras e serviços ora contratados obedecem às especificações as quais fazem parte integrante do **Edital da Tomada de Preços Nº 040/2022-CPL/PMU**, reservado a **CONTRATANTE** o direito de rejeitar as obras ou serviços que não estiverem de acordo com as referidas especificações, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a qualquer reclamação ou indenização.

## CLÁUSULA QUINTA - DA APROVAÇÃO DOS SERVIÇOS

A **CONTRATADA** declara conhecer perfeita e integralmente, as especificações e demais elementos técnicos referentes à execução dos serviços. Declara, ainda, que conhece perfeitamente todas as condições e locais de execução dos serviços, tudo o que foi previamente considerado quando da elaboração da proposta que apresentou na licitação de que decorre este contrato, em razão do que declara que nos preços propostos estão incluídos todos os custos, despesas e encargos que terá que suportar, representando aqueles preços a única contraprestação que lhe será devida pela PMU/PI pela realização do objeto deste contrato.

**Parágrafo Único -** O representante da **CONTRATADA**, acima identificado, declara sob as penas da lei que dispõe de poderes suficientes à celebração deste contrato e para obrigar de pleno direito à mesma **CONTRATADA**. Assim sendo, os termos deste contrato obrigam as partes de pleno direito.

## CLAUSULA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES DOS DETALHES EXECUTIVOS

A **CONTRATANTE** se reserva o direito de, em qualquer fase ou ocasião, fazer alterações nos detalhes executivos, seja reduzindo ou aumentando o volume de serviços das obras, na forma prevista na lei.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR DO CONTRATO

O valor deste Contrato é de **R$ 214.526,77 (Duzentos e quatorze Mil, quinhentos e vinte e seis reais e setenta e sete centavos),** que representa o montante da proposta da **CONTRATADA**, baseada nas planilhas de quantitativos que acompanham o Edital e multiplicado pelos respectivos preços unitários.

**Parágrafo Único -** Nos preços unitários estão incluídos todos os custos de transporte, carga e descarga de materiais, despesas de materiais, despesas de execução, mão-de-obra, leis, encargos sociais, tributos, lucros e quaisquer encargos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços, bem como despesas de conservação até o seu recebimento definitivo pela **CONTRATANTE**.

## CLAÚSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** se obriga a:

1. Executar os serviços segundo as especificações aprovadas e de acordo com a melhor técnica cuidando, ainda, em adotar soluções técnicas que conduzam a economicidade dos serviços e a funcionalidade de seu resultado;

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Fls: .....
UNIÃO-PIAUÍ

2. Eleger e prever técnicas e métodos construtivos dos serviços tão econômicos quanto possíveis, sem descuidar em nenhuma hipótese da segurança e qualidade da obra;
3. Manter, durante todo o período de realização dos serviços objeto do contrato, as mesmas condições de capacitação técnica que apresentou ao participar da licitação de que resulta este contrato, bem como as mesmas condições de habilitação;
4. Administrar com zelo e probidade a execução dos serviços, respeitando com absoluto rigor o orçamento aprovado e evitando a prática de atos e a adoção de medidas que resultem em elevação de custos dos serviços, inclusive no que respeita à arregimentação, seleção, contratação e administração de mão-de-obra necessária à realização dos serviços;
5. Atender prontamente às recomendações regulares da fiscalização;
6. Zelar pelos interesses da PMU/PI relativamente ao objeto do contrato;
7. Substituir prontamente qualquer preposto, empregado ou pessoa que, a juízo da fiscalização, seja inconveniente aos interesses da PMU/PI relativamente aos serviços;
8. Manter permanentemente nos locais de realização dos serviços um representante com plenos poderes para representar e obrigar a **CONTRATADA** frente a PMU/PI;
9. Executar o objeto deste contrato de acordo com os projetos e especificações fornecidos pela Prefeitura Municipal e as normas aprovadas ou recomendadas pela ABNT.
10. Adquirir e fornecer Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC e Equipamentos de Proteção Individual – EPI, a todos os empregados, bem como orientá-los quanto a necessidade e obrigatoriedade de seu uso em serviço;

10.1 – A CONTRATADA responde solidariamente, no caso de subempreitada.

11. Manter a Regularidade Fiscal, inclusive do recolhimento do ISSQN ao município do local de Prestação do Serviço durante toda execução do contrato;
12. Observar as normas, critérios e procedimentos ambientais para a gestão dos rejeitos provenientes da obra.

**§ 1º -** A **CONTRATADA** estará, durante todo o período de execução deste contrato, sujeita à fiscalização da **CONTRATANTE**, quer seja exercida por servidores do quadro da própria PMU/PI, quer por terceiros especialmente contratados para este fim.

**§ 2º -** As determinações da fiscalização obrigam a **CONTRATADA**, respeitados os limites deste contrato e o orçamento aprovado, à elaboração de detalhamentos dos projetos e à realização de atividades específicas. Nos casos em que a **CONTRATADA** não concordar com as recomendações ou ordens da fiscalização, delas poderá recorrer ao titular da PMU/PI, tendo este recurso efeito suspensivo da ordem fiscal.

**CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

A **CONTRATANTE** se obriga a:

1. Disponibilizar o local das obras;

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL / PMU
Fls: .....
UNIÃO-PIAUÍ

2. Aprovar as medições em tempo hábil;
3. Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, conforme estabelecido na cláusula sétima deste Contrato;
4. Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato;
5. Notificar a **CONTRATADA**, imediatamente, sobre as faltas e defeitos observados na execução do contrato.
6. Reter os tributos e contribuições sobre os pagamentos mensalmente efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para cada tipo de serviço, conforme legislação
7. Aplicar penalidades, conforme o caso.

## CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos orçamentários necessários ao adimplemento das obrigações desta licitação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento municipal, a saber: **FUNDEB, Recursos Próprios, QSE e outros**.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento do preço contratual deverá guardar estreita relação com a execução dos serviços contratados e apresentação de seus efeitos ou resultados nos termos estabelecidos nos documentos da licitação em especial no cronograma físico-financeiro.

**§ 1º -** Os pagamentos dos serviços serão feitos por medições mensais, pelo Município de União, através de Engenheiro do município, em moeda legal e corrente no País, através de ordem bancária em parcelas compatíveis com o Cronograma Físico e Financeiro, contra a efetiva execução dos serviços e apresentação de seus efeitos, tudo previamente atestado pelo setor competente da PMU/PI, em consonância com o SIAFEM – Sistema Integrado de Administração Financeira dos Estados e Municípios, mediante apresentação dos seguintes documentos:

**I -** Notas Fiscais de Serviços/Fatura;

**II** - Cópia da guia da Previdência Social – GPS e Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS, devidamente quitado, relativo ao mês da última competência vencida;

**III -** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, compreendendo a Certidão de Quitação de Tributos e a Certidão quanto à Dívida Ativa - ou outras equivalentes na forma da Lei - expedida, em cada esfera de Governo, pelo órgão competente.

**IV** - Cópia da Inscrição de Matricula no Cadastro Específico da Obra no INSS – **(CEI);**

**V** - Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**).

**§ 2º -** A Contratada poderá apresentar a PMU para pagamento, fatura ou documento equivalente. Recebida, a fatura ou cobrança será examinada pela PMU durante, no máximo, 10 (dez) dias. No exame a PMU, preliminarmente, verificará e certificará a efetiva execução dos serviços indicados na fatura e a regular entrega de seus efeitos. Estando tudo em ordem, o pagamento será feito em até 30 (trinta) dias contados do vencimento do prazo de exame da fatura, sem nenhum acréscimo ou agregado financeiro. Havendo correção a fazer, caso o pagamento seja efetuado a partir do 15º dia após o vencimento, a fatura retificada ou ajustada será processada como nova fatura,

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL/PMU
Fls: .....
UNIÃO-PIAUÍ

quanto aos prazos aqui estabelecidos.

**§ 3º** - Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe caiba, sem prejuízo do que a referida obrigação pendente poderá ser descontada do pagamento devido pela PMU, pagando-se então, apenas o saldo, se houver.

**§ 4º** - Serão retidos na fonte os demais tributos e contribuições sobre os pagamentos mensalmente efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para cada tipo de serviço, conforme legislação.

**§ 5º** - Na ocorrência de eventuais atrasos no pagamento devido pelo Poder Público, e somente a este imputável, o valor deste será acrescido de parcela a ser calculada nos termos e com base no índice previsto do art. 1º-F, a Lei nº 9.494/97, e que substituirá tanto a atualização monetária do pagamento atrasado quanto os juros, remuneratórios e moratórios, porventura incidentes.

**§ 6º** - Entende-se por atraso imputável ao Poder Público, para fins do item anterior, o não pagamento do preço ou de parcela deste, conforme acordado neste instrumento contratual e desde que admissível a divisão da prestação devida pelo contratado em tantas quantas sejam as etapas da obra, serviço ou fornecimento contratado, por mais de 30 (trinta) dias contados do seu recebimento devidamente atestado por servidor ou comissão responsável.

**§ 7º** - Caso a execução dos serviços se estenda por mais de um ano, os preços da proposta vencedora poderão ser reajustados segundo índice que reflita o incremento de custos setoriais da Contratada, a cada período anual, conforme fixado na cláusula referente a reajustamento de preço.

**§ 8º** - A primeira fatura a ser paga deverá estar acompanhada da ART expedida pelo CREA da região onde estarão sendo executados as obras e serviços, comprovando o registro do Contrato naquele Conselho.

**§ 9º** - Todos os pagamentos devidos à **CONTRATADA** considerar-se-ão feitos, de pleno direito, quando os valores respectivos sejam depositados na **Conta Corrente** 549-0, mantida pela **CONTRATADA** junto ao **Banco** Caixa Econômica Federal, **Agência** 3808-OP-003, valendo à PMU como comprovantes de pagamento e como instrumento de quitação, os recibos dos depósitos ou transferências bancárias.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

Os preços contratuais propostos não serão reajustados.

**§ 1º** O reajustamento somente será admitido se, após prorrogação, a vigência do ajuste for superior s 12 (doze) meses, em atendimento aos termos do art. 2º da Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, ou seja, nos contratos de prazo superior a um ano.

**§ 2º** Caso o período de execução do contrato exceda a um ano contado a partir da data da apresentação das propostas na licitação, os preços serão reajustados respeitados a normas contratuais, pela variação de Índices Nacionais, calculados pela Fundação Getúlio Vargas e publicados na seção de Índices Econômicos da revista "Conjuntura Econômica" da FGV, pela seguinte fórmula:

$$R = V \left[ \frac{I - Io}{Io} \right]$$

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Fls: .....
UNIÃO-PIAUÍ

Sendo:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual da obra/serviço a ser reajustado;
Io = Índice inicial - refere-se ao índice de custos do mês correspondente à data fixada para entrega da proposta, *pro rata dia*;
I = Índice relativo à data do reajuste, *pro rata dia*.

**§ 3º** O índice de reajuste empregado na fórmula acima será o Índice Nacional da Construção Civil – Coluna 35, calculado e publicado pela Fundação Getúlio Vargas na revista Conjuntura Econômica.

**§ 4º** Ocorrendo a hipótese de alteração do prazo de reajuste estabelecido neste Edital, o Contrato decorrente desta Concorrência, se adequará de pronto às condições que vierem a ser estabelecidas pelo Poder Executivo ou Legislativo, no tocante à política econômica brasileira, se delas divergentes.

**§ 5º** Em caso de atraso na execução das obras/serviços atribuível à licitante adjudicatária, os preços contratuais serão reajustados pela fórmula estabelecida no subitem precedente, obedecendo-se os seguintes critérios:

a) Se os índices aumentarem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que a etapa das obras/serviços seria realizada de conformidade com o programado no cronograma físico-financeiro;

b) Se os índices diminuírem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que as obras/serviços forem executados.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS TRIBUTOS

Todos os tributos que incidirem ou vierem a incidir sobre este Contrato ou sobre os serviços contratados, correrão por conta exclusiva da CONTRATADA e deverão ser pagos nas épocas devidas.

**Parágrafo Único** - No caso de criação de novos tributos ou alteração nas alíquotas de tributos existentes, os preços sobre os quais incidirem esses tributos serão revistos a partir da época em que ocorrer a alteração da legislação tributária, aumentando-se ou reduzindo-se aqueles preços da maneira apropriada.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS PRAZOS

I. O prazo para execução das obras e serviços de que trata este Contrato é de **90 (noventa) dias**, contados a partir da data de recebimento pela **CONTRATADA**, da Ordem de Serviços, emitida pela PMU.

II. O presente contrato terá vigência de **195 (cento e noventa e cinco) dias** da data da sua assinatura, o qual corresponde à soma do Prazo de Execução da Obra, 90 (noventa) dias; mais o Prazo para Recebimento Provisório da obra, 15 (quinze) dias, contados da comunicação escrita do contratado; mais o Prazo para Recebimento Definitivo da obra, 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório.

**§ 1º -** Os prazos poderão ser prorrogados, mantidas as demais cláusulas do Contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, de conformidade com o disposto no § 1º do Art. 57, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, desde que justificado por escrito e devidamente aprovado pela PMU.

**§ 2º -** O contrato se extinguirá 5 (cinco) dias após o recebimento definitivo da obra.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Fls: .....
UNIÃO - PIAUÍ

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL**

A **CONTRATADA** assume inteira responsabilidade profissional pela execução das obras e serviços contratados, obrigando-se, ainda a comunicar à PMU, a designação do dirigente técnico, cabendo a esse a responsabilidade total de agir em nome da **CONTRATADA**, acumulando, se for o caso, as responsabilidades administrativas decorrentes, bem como comunicar previamente todas as substituições que vier a operar em sua equipe técnica alocada aos trabalhos objeto do presente Contrato.

**Parágrafo único** - A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL**

A **CONTRATADA** assume inteira responsabilidade por danos e prejuízos causados à PMU ou a terceiros na execução das obras e serviços ora contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições, parciais ou totais, a pessoas, materiais ou coisas, isentando a PMU de todas as reclamações que possam surgir em consequência deste Contrato, ainda que tais reclamações resultem de atos de prepostos seus ou de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas empregadas na execução dos trabalhos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA**

A contratada obriga-se a adotar todas as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros em consequências da execução dos trabalhos. Será de exclusiva responsabilidade da contratada a obrigação de reparar os prejuízos que vier a causar, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas.

**§ 1º** A contratada será única, integral e exclusivo responsável em qualquer caso por todos os prejuízos, de qualquer natureza, que causar a PMU ou, ainda, a terceiros, em decorrência da execução das obras e serviços objeto do Contrato, respondendo por si e por seus sucessores.

**§ 2º** A contratada será, também, responsável por todos os ônus ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno ou noturno), inclusive despesas com instalações e equipamento necessários às obras e serviços e, em resumo, todos os gastos e encargos de material e mão-de-obra necessários à completa realização do objeto do Contrato e sua entrega perfeitamente concluída.

**§ 3º** A contratada deverá:

a. Providenciar, às suas expensas, cópias dos elementos que venham a ser necessários à assinatura do Contrato, como também no decorrer da execução das obras e serviços;

b. Registrar o Contrato no CREA e apresentar, à FISCALIZAÇÃO, o comprovante de pagamento da "Anotação de Responsabilidade Técnica";

c. Responsabilizar-se pela efetivação de seguros para garantia de pessoas e bens;

d. Fornecer e colocar no Canteiro de Obras as placas ou outras formas de divulgação das fontes de financiamento e de coordenação das obras e serviços, conforme modelos estabelecidos pela FISCALIZAÇÃO;

e. Manter permanentemente no local das obras e serviços, equipe técnica

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL/PMU
Fls: .....
UNIÃO PIAUÍ

composta de profissionais habilitados e de capacidade comprovada, que assuma perante a FISCALIZAÇÃO a Responsabilidade Técnica pelas obras e serviços, até a entrega definitiva do objeto do Contrato, inclusive com poderes para deliberar determinações de emergência caso se tornem necessárias;

f. Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO na inspeção das obras e serviços em qualquer dia ou hora, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados, inclusive de ordem administrativa;

g. Obedecer às normas de higiene e prevenção de acidentes, no sentido de garantir a salubridade e segurança no canteiro de obras e serviços;

h. Quando, por motivo de força maior, houver necessidade de aplicação de material "similar" ao especificado, submeter, previamente e por escrito à FISCALIZAÇÃO, a pretendida substituição;

i. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, total ou parcialmente, os defeitos ou incorreções verificadas nas obras ou serviços, resultantes de execução irregular, do emprego de materiais inadequados ou não correspondentes às especificações.

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Alterações do contrato original que venham a ser necessárias serão incorporadas ao Contrato durante sua vigência, mediante termos aditivos com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela PMU:

a. Quando, por sua iniciativa, houver modificações dos detalhes executivos ou das especificações, para melhor adequação técnica do objeto;

b. Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto até o limite permitido na forma do artigo 65 § 1º da Lei 8666/93, do valor inicial do contrato ou instrumento equivalente.

II - por acordo entre as partes:

a- Quando houver a substituição de garantia de execução, por deliberação conjunta das partes;

b - Quando necessária à modificação do regime de execução, em fase de verificação técnica de inaplicabilidade dos termos do contrato original;

c. Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstância superveniente, mantido o valor inicial atualizado, vedada à antecipação do pagamento com relação ao Cronograma Financeiro fixado, sem correspondente contraprestação da execução do objeto.

**§ 1º** Os serviços adicionais cujos preços unitários não são contemplados na Proposta inicial serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitando os limites estabelecidos na letra "b", do inciso I.

**§ 2º** No caso de supressão de parte do objeto do Contrato, se a contratada já houver adquirido os materiais, ou se já os tiver adquirido e posto nos locais de trabalhos, este deverão ser pagos pelos custos de aquisição, transporte e outros regularmente

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL/PMU
Fls: .....
UNIÃO-PIAUÍ

comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos, eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

**§ 3º** Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos após a data de apresentação da PROPOSTA DE PREÇOS, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão desses, para mais ou para menos, conforme o caso.

**§ 4º** Em havendo alteração unilateral do Contrato que aumente os encargos da contratada, a PMU deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio Econômico-Financeiro inicial.

**§ 5º** - A contratada se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizeram necessários na contratação, na forma do artigo 65 § 1º da Lei 8666/93, do valor inicial do contrato.

I - Durante todo o período de execução do contrato será exercida estrita observância ao equilíbrio dos preços fixados no neste Contrato em relação à vantagem originalmente ofertada pela empresa vencedora, de forma a evitar que, por meio de termos aditivos futuros, o acréscimo de itens com preços supervalorizados ou eventualmente a supressão ou modificação de itens com preços depreciados viole princípios administrativos.

## CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

A FISCALIZAÇÃO da execução das obras e serviços será feita por engenheiro designado pela Prefeitura Municipal de União, de forma a fazer cumprir rigorosamente os detalhes executivos, as especificações, os prazos, as condições do Edital, a PROPOSTA DE PREÇOS e as disposições do Contrato.

**§ 1º** Fica reservado à FISCALIZAÇÃO o direito e a autoridade para resolver, no Canteiro de Obras, todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omisso não previsto no Edital, nas Especificações, nos Detalhes Executivos, nas Leis, nas Normas da PMU, nos Regulamentos e em tudo mais que, de qualquer forma, se relacione, direta ou indiretamente, com as obras e serviços em questão e seus complementos, ouvida a autoridade do órgão.

**§ 2º** Compete, ainda, especificamente à FISCALIZAÇÃO:

a) Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado e estipular o prazo para a sua retirada da obra;

b) Exigir a substituição de técnico, mestre ou operário que não responda técnica e disciplinarmente às necessidades da obra, sem prejuízo do cumprimento dos prazos e condições contratuais;

c) Decidir quanto à aceitação de material "similar" ao especificado, sempre que ocorrer motivo de força maior;

d) Exigir da contratada, o cumprimento integral do estabelecido na Cláusula Décima Sexta deste Contrato;

e) Indicar à contratada, todos os elementos indispensáveis ao início das obras, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de emissão da Ordem de Execução de Serviços;

f) Esclarecer prontamente as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela contratada;

g) Expedir, por escrito, as determinações e comunicações dirigidas à contratada;

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL / PMU
Fls: .....
UNIÃO-PIAUÍ

h) Autorizar as providências necessárias junto a terceiros;

i) Promover, com a presença da contratada, as medições de obras e serviços executados.

j) Transmitir, por escrito, as instruções e as modificações dos detalhes executivos que porventura venham a ser feitas, bem como alterações de prazos e de cronogramas;

k) Dar à PMU imediata ciência dos fatos que possam levar à aplicação de penalidades contra a contratada ou mesmo à rescisão do Contrato;

l) Relatar oportunamente à PMU ocorrência ou circunstância que acarretar dificuldades no desenvolvimento das obras e serviços em relação a terceiros.

m) Examinar os livros e registros.

**§ 3º** A substituição de qualquer integrante da equipe técnica da contratada, durante a execução das obras e serviços, dependerá da aquiescência da FISCALIZAÇÃO quanto ao substituto apresentado.

**§ 4º** Com relação ao "Diário de Ocorrência", compete à FISCALIZAÇÃO:

a) Pronunciar-se sobre a veracidade das anotações feitas pelo licitante contratado;

b) Registrar o andamento das obras e serviços, tendo em vista os detalhes executivos, as especificações, os prazos e cronogramas;

c) Fazer observações cabíveis, decorrentes dos registros da contratada no referido Diário;

d) Dar solução às consultas feitas pela contratada, seus prepostos e sua equipe;

e) Registrar as restrições que pareçam cabíveis quanto ao andamento dos trabalhos ou ao procedimento da contratada, seus prepostos e sua equipe;

f) Determinar as providências cabíveis para o cumprimento dos detalhes executivos e especificações;

g) Anotar os fatos ou observações cujo registro se faça necessário.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA CAUÇÃO DE EXECUÇÃO

Como garantia para a perfeita execução das obrigações contratuais e liquidez das multas convencionadas, fica estipulada uma Caução de Execução correspondente a 1,00% (um por cento) do valor deste Contrato, a ser integralizada em qualquer das modalidades legalmente previstas, no prazo fixado no Edital da Concorrência de onde se origina este Contrato.

**§ 1º** - Ocorrendo rescisão do Contrato, por culpa da CONTRATADA, a PMU imporá à CONTRATADA as penalidades legais e contratualmente previstas, exigindo, inclusive, indenização que deverá ser calculada de acordo com os prejuízos provocados pela inadimplência;

**§ 2º** - Sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA, previsto no Art. 618 do Código Civil Brasileiro, a Caução de Execução será restituída corrigida pelo índice oficial da poupança, se for o caso, após a aprovação das obras e serviços pela PMU, 30 (trinta)

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL/PMU
Fls: .....
UNIÃO-PIAUÍ

dias após expedição do Termo de Recebimento Definitivo das obras e serviços uma vez verificado a perfeita execução dos mesmos.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES**

As penalidades administrativas aplicáveis à Contratada, por inadimplência, estão previstas nos artigos 81, 87, 88 e seus parágrafos, todos da Lei nº. 8.666/93.

**§ 1º** A multa de mora a ser aplicada por atraso injustificado na execução do contrato, será calculada sobre o valor dos serviços não concluídos, competindo sua aplicação ao titular do órgão contratante, observando os seguintes percentuais:

a) de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso até o limite correspondente a 15 (quinze) dias; e

b) de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o limite correspondente a 30 (trinta) dias; e

c) de 1,0% (um por cento), por dia de atraso a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 60 (sessenta) dias, findo o qual a Contratante rescindirá o contrato correspondente, aplicando-se à Contratada as demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

**§ 2º** Será aplicada multa de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor da contratação, quando a Contratada:

a) Prestar informações inexatas ou obstacular o acesso à fiscalização da PMU/PI, no cumprimento de suas atividades;

b) Desatender às determinações da fiscalização da Prefeitura Municipal de União; e

c) Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.

**§ 3º** Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação quando a Contratada:

a) Executar os serviços em desacordo com o projeto básico, normas e técnicas ou especificações, independentemente da obrigação de fazer as correções necessárias, às suas expensas;

b) Não iniciar, ou recusar-se a executar a correção de qualquer ato que, por imprudência, negligência imperícia dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados;

c) Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados.

**§ 4º** ADVERTÊNCIA

a) A aplicação da penalidade de advertência será efetuada nos seguintes casos:

a.1) Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou nas licitações, desde que acarretem pequeno prejuízo ao Município de

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL / PMU
Fls: .....
UNIÃO-PIAUÍ

União, independentemente da aplicação de multa moratória ou de inexecução contratual, e do dever de ressarcir o prejuízo;

a.2) Execução insatisfatória do objeto contratado, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;

a.3) Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento das atividades da PMU, desde que não sejam passíveis de aplicação das sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade.

**§ 5º** SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

a) A suspensão do direito de licitar e contratar com o Estado do Piauí pode ser aplicada aos licitantes e contratados cujos inadimplementos culposos prejudicarem o procedimento licitatório ou a execução do contrato, por fatos graves, cabendo defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data do recebimento da intimação;

b) A penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Estado do Piauí nos seguintes prazos e situações:

b.1) Por 06 (seis) meses nos seguintes casos:

b.1.1) Atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente e na licitação que tenha acarretado prejuízos significativos para o Município de União;

b1.2) Execução insatisfatória do objeto deste ajuste, se antes tiver havido aplicação da sanção de advertência.

b.2) Por um ano:

b.2.1) Quando a contratada se recusar a assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela PMU.

b.3) Por 02 (dois) anos, quando a contratada:

b.3.1) Não concluir os serviços contratados;

b.3.2) Prestar os serviços em desacordo com as especificações ou com qualquer outra irregularidade, contrariando o disposto no edital de licitação, não efetuando sua substituição ou correção no prazo determinado pela PMU;

b.3.3) Cometer quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízos ao Estado, ensejando a rescisão do contrato ou frustração do processo licitatório;

b.3.4) Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

b.3.5) Demonstrar não possuir idoneidade para licitar e contratar com o Município de União, em virtude de atos ilícitos praticados;

b.3.6) Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham conhecimento em razão da execução deste contrato, sem consentimento prévio da PMU.

Fls: .....

§ 6º DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

a) A declaração de inidoneidade será proposta por servidor municipal responsável ao Prefeito Municipal se constatada a má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do Município de União, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízos ao Município de União ou aplicações sucessivas de outras sanções administrativas.

b) A declaração de inidoneidade implica proibição de licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante o Prefeito Municipal, após ressarcidos os prejuízos e decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

c) A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com toda a Administração Pública será aplicada à contratada nos casos em que:

c.1) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

c.2) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

c.3) demonstrar não possuir idoneidade para licitar e contratar com o Município de União, em virtude de atos ilícitos praticados;

c.4) reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão de execução deste contrato, sem consentimento prévio da PMU, em caso de reincidência;

c.5) apresentar à PMU qualquer documento falso, ou falsificado no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação, ou no curso da relação contratual;

c.6) praticar fato capitulado como crime pela Lei 8.666/93.

d) Independentemente das sanções a que se referem os parágrafos primeiro, segundo e terceiro, o licitante ou contratado está sujeita ao pagamento de indenização por perdas e danos, podendo ainda a PMU propor que seja responsabilizada:

d.1) civilmente, nos termos do Código Civil;

d.2) perante os órgãos incumbidos de fiscalização das atividades contratadas ou do exercício profissional a elas pertinentes;

d.3) criminalmente, na forma da legislação pertinente.

**§ 7º** Nenhum pagamento será feito ao executor dos serviços que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontada de seus haveres.

**§ 8º** As sanções serão aplicadas pelo Titular da PMU, facultada a defesa prévia da interessada, no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, com exceção da declaração de inidoneidade, cujo prazo de defesa é de 10 (dez) dias da abertura de vista, conforme § 3º do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO CPL / PMU
Fls: .....
UNIÃO-PIAUÍ

**§ 9º** As multas administrativas previstas neste instrumento, não têm caráter compensatório e assim, o seu pagamento não eximirá a Contratada de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

O Contrato a ser celebrado poderá ser rescindido:

I - Administrativamente, nos seguintes casos:

a. Não cumprimento de cláusulas contratuais, de especificações, dos detalhes executivos ou de prazos;

b. Cumprimento irregular de cláusulas contratuais, de especificações, dos detalhes executivos ou de prazos;

c. Lentidão no seu cumprimento, levando a PMU a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

d. Atraso injustificado no início das obras, serviços ou fornecimentos;

e. A paralisação das obras, dos serviços ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação a PMU;

f. A Subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do licitante contratado a outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação do licitante contratado, não admitido previamente pela PMU.

g. Desatendimento às determinações regulares das autoridades designadas para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;

h. Cometimento reiterado de faltas na execução do objeto contratado;

i. Decretação de falência ou a instauração de insolvência civil em condições que, a juízo da Secretaria da Infraestrutura, ponham em risco a perfeita execução das obras e serviços;

j. Dissolução da sociedade contratada;

k. Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura do licitante contratado que, a juízo da PMU, prejudique a execução do Contrato;

l. Razões de interesse do serviço público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinada pela Secretaria de obras da PMU e exaradas no processo administrativo referente ao Contrato;

m. Supressão de obras e serviços que acarretem modificações do valor inicial do Contrato além do limite imposto ao contratado;

n. Suspensão de sua execução, por ordem escrita da Secretaria de obras da PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações. É assegurado ao licitante contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL/PMU
Fls: .....

o. Atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Prefeitura Municipal, em razão da execução do objeto do Contrato, ou parcelas destes, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao licitante contratado, o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;

p. Não liberação, pela PMU, de área ou local para execução dos serviços, nos prazos contratuais, assegurado ao licitante contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;

q. Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, que seja impeditivo da execução do Contrato.

r. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

II - Amigavelmente pelas partes.

III - Judicialmente.

**§ 1º** A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**§ 2º** No caso de rescisão administrativa embasada em razões de interesse do serviço público, prevista nas letras "l", "m", "n", "o", "p" e "q", do inciso I sem que haja culpa do licitante contratado, este será ressarcido dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovado, tendo ainda direito a:

I - Devolução da garantia prestada;

II - Pagamento devido pela execução do Contrato até a data da rescisão;

III - Pagamento do custo de desmobilização.

**§ 3º** A rescisão administrativa elencadas nas alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h" "i", "j", "k" "l" e "q", poderá acarretar as seguintes consequências, aplicáveis segundo a ocorrência que a justificar, sem prejuízos das sanções previstas:

I - assunção imediata do objeto do Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da PMU;

II - ocupação e utilização, nos termos da legislação vigente, do local, instalação, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do Contrato, necessário à sua continuidade, a serem devolvidos ou ressarcidos posteriormente, mediante avaliação na forma do inciso V do Art. 58, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

III - execução de garantia contratual, para ressarcimento a PMU dos valores das multas e indenizações a ela devida;

IV - retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados a PMU.

**§ 4º** A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do parágrafo anterior fica a critério da PMU, que poderá dar continuidade às obras e serviços por execução direta ou indireta.

**§ 5º** O presente Contrato poderá ser rescindido, ainda, pela PMU, se a CONTRATADA transferir a terceiros, no todo ou em parte, a execução das obras e serviços contratados, sem prévia e expressa autorização da PMU.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL / PMU
Fls: .....
UNIÃO PIAUÍ

**§ 6º** Não poderão ser invocados como motivo de força maior ou caso fortuito, senão aquele previsto no Art. 393 do Código Civil Brasileiro.

**§ 7º** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - SUBCONTRATAÇÃO E SUB-ROGAÇÃO

O contratado não poderá ceder sub-rogar, parcial ou totalmente as obras e serviços objeto deste contrato por não haver respaldo legal, poderá, no entanto, subcontratar mediante prévia autorização, por escrito, observando-se, quando concedida autorização para subcontratação, celebrar com o terceiro a quem subcontratar, Contrato com inteira obediência aos termos do Contrato original firmado com a PMU, inclusive documentação que comprove regularidade fiscal e trabalhista, além de habilitação jurídica e sob a sua inteira e exclusiva responsabilidade e não poderá ultrapassar de 30% (trinta) por cento do valor do objeto contratado, na forma determinada pela PMU.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO GESTOR E DO FISCAL DO CONTRATO

24.1 Ficarão designados para Gestor e Fiscal do Contrato os servidores abaixo relacionados:

a. **Gestor do Contrato:** José Ariosvaldo Oliveira (CPF: 386.368.593-87);
b. **Fiscal do Contrato:** Márcio Costa Napoleão do Rêgo (CPF nº 350.698.724-00).

24.2 A Gestão e Fiscalização do contrato será de responsabilidade dos agentes públicos acima nomeados a contar da data de assinatura deste Aditivo, atendendo ao estabelecido no Art. 67, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

25.1 Concluídos os serviços, após comunicação formal por escrito do adimplemento total da conclusão pelo contratado, a Secretaria da Infraestrutura procederá ao recebimento provisório do objeto, pela FISCALIZAÇÃO, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita ao contratado.

25.2 A Prefeitura Municipal receberá os serviços em caráter definitivo em prazo não superior a 90 (noventa) dias do recebimento provisório. Durante o período compreendido entre o recebimento provisório e o recebimento definitivo, ficará o contratado obrigado a efetuar reparos que, a juízo da Secretaria da Infraestrutura se fizerem necessários quanto à qualidade e segurança do objeto.

25.3 Encerrado o prazo fixado no subitem anterior, o objeto será recebido definitivamente por uma comissão designada para tal fim, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, desde que se comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, conforme o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, sem prejuízo das sanções civis.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos e os que se tornarem controvertidos serão decididos pela Lei nº 8.666/93, garantido à CONTRATADA o contraditório e ampla defesa de seus interesses.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA EFICÁCIA E DA VIGÊNCIA

A validade deste instrumento decorrerá de sua assinatura, tornando-se eficaz a partir da publicação, em extrato, na Imprensa Oficial, que será providenciada pela PMU nos

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL/PMU
Fls: .....
UNIÃO-PIAUÍ

termos do Parágrafo Único do Art. 61 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. O início da vigência ocorrerá da data da assinatura deste contrato.

**CLAUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DA CISÃO, INCORPORAÇÃO OU FUSÃO**

Em havendo a Cisão, Incorporação ou Fusão da futura empresa contratada, a aceitação de qualquer uma destas operações ficará condicionada à análise por esta administração contratante do procedimento realizado, tendo presente a possibilidade de riscos de insucesso na execução do objeto contratado, ficando vedada a sub-rogação contratual.

**CLAUSULA VIGÉSIMA NONA - DO FORO**

Fica eleito o foro da cidade de União (PI), como o único competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas deste Contrato.

E, para firmeza e validade de tudo o que ficou dito e aqui estipulado, lavrou-se o presente instrumento, em 02 (duas) vias, que depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes, a todos presentes.

União (PI), 03 de novembro de 2022

Pelo CONTRATANTE:

**Gustavo Conde Medeiros**
Prefeito Municipal

Pelo CONTRATADO:

**THECON ENGENHARIA LTDA**
CNPJ Nº 22.214.604/0001-73

**PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO PIAUÍ**
**Praça Barão de Gurguéia, 443-Centro-União-PI**
**CNPJ: 06.553.606/0001-30**

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Fls: .....
.....
UNIÃO-PIAUÍ

# EXTRATO DE CONTRATO Nº 467/2022

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº** 234/2022
**REFERÊNCIA**: CONTRATO Nº 467/2022
**CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE UNIÃO-PI C.N.P.J. Nº 06.553.606/0001-30.
**CONTRATADA:** THECON ENGENHARIA LTDA, CNPJ Nº 22.214.604/0001-73.
**OBJETO: Contratação de Empresa para a Execução das Obras de Reforma da Quadra Poliesportiva Coberta no Povoado Divinópolis, Zona Rural do Município de União-PI.**
**LICITAÇÃO**: TOMADA DE PREÇOS Nº 040/2022, COM BASE NA LEI Nº 8.666/93.
**VALOR DO CONTRATO**: R$ 214.526,77 (Duzentos e quatorze Mil, quinhentos e vinte e seis reais e setenta e sete centavos).
**FONTE DE RECURSOS:** FUNDEB, Recursos Próprios, QSE e outros.
**VIGÊNCIA CONTRATUAL:** 195 (cento e noventa e cinco) dias.
**DATA DA ASSINATURA:** 03/11/2022
**ASSINAM:** GUSTAVO CONDE MEDEIROS (PELA CONTRATANTE) E O SR FABIO TAJRA HIDD PEARCE BRITO (PELA CONTRATADA).

Visto:

*Gustavo Conde Medeiros*
Prefeito

**AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 6/2022**

OBJETO: Contratação de empresa especializada em assessoria e consultoria no âmbito da Administração Pública em atendimento às demandas urgentes e especiais desta municipalidade, para prestação de serviços de levantamento e identificação dos profissionais do magistério da área da educação fundamental do município, no período que compreende os anos letivos de 1998 a 2006, bem como realizar auditoria de todos os cálculos dos valores a que fazem jus todos os ditos profissionais ao recebimento de valores relativos às complementações do FUNDEF no mencionado período de junho de 1998 a 2006. INEXIGIBILIDADE: 006/2022. CONTRATADA: STAFF ASSESSORIA CONTABIL LTDA CNPJ: 14.839.653/0001-73. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, inciso II, c/c Art. 13 inciso VI da Lei Federal de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/93). VALOR: R$ 423.000,00 (QUATROCENTOS E VINTE E TRES MIL REAIS). Programa: 12.361.0030.3001.0000, Projeto atividade: 3001. Elemento: 339039. Fonte: 599. VIGENCIA: 06 (SEIS) MESES. DATA DA ASSINATURA: 03 DE NOVEMBRO DE 2022

São João da Fronteira (PI), 3 de novembro de 2022
ANTÔNIO ERIVAN RODRIGUES FERNANDES
Prefeito

**EXTRATO DE APOSTILAMENTO**

1º TERMO DE APOSTILAMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2022. CONTRATO Nº 048/2022. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2022. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 020/2022. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO DE SALA DE AULA PARA A PREFEITURA DE SÃO JOÃO DA FRONTEIRA/PI (TERMO DE COMPROMISSO Nº 202143590-6). CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA FRONTEIRA/PI, CNPJ: 01.612.608/0001-30. CONTRATADO: J R D BRANDÃO EIRELI, inscrito no CNPJ Nº 23.511.454/0001-22. APOSTILAMENTO: Alteração da dotação orçamentária prevista no instrumento inicial, incluindo a dotação orçamentária a seguir: FNDE. Programa: 12.361.0032.2264.0000. Projeto Atividade: 2264. Elemento: 449052. Fonte: 569. DATA DA ASSINATURA: 28 DE OUTUBRO DE 2022. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: Prefeitura Municipal de São João da Fronteira-PI.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO FIDALGO

**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº 054/2022. Processo nº 054/2022. Carona nº 004/2022. Contratante: Prefeitura Municipal de São Miguel do Fidalgo - PI. Contratado: Brasil Distribuidora de Medicamentos e Equipamentos Hospitalares LTDA, CNPJ: 30.249.069/0001-14. Objeto: Adesão ao SRP do município de Barão de Grajaú - MA, na condição de Carona, Ata de Registro de Preços nº 001/2022, 02/2022, 03/2022, 04/2022 referente ao Pregão Eletrônico SRP nº 010/2021-PMBG/MA - Processo Administrativo nº 167/2021 - CPL, que tem como objeto registro de preços para a futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de medicamentos, insumos, para atender as necessidades do município de Barão de Grajaú - MA. Ata publicada no Diário Oficial do Município na Edição 0460 - Ano VI - Barão de Grajaú - MA, sexta-feira, 07 de janeiro de 2022. Valor: R$ 2.087.129,59 (dois milhões, oitenta e sete mil, cento e vinte e nove reais e cinquenta e nove centavos). Fonte de Recurso: FPM / FMS / ICMS / Recursos Próprios / Emenda de Custeio Federal e Estadual de Saúde / Tesouro Federal e Estadual. Assinatura do Contrato: 01 de novembro de 2022, vigência: 01 de novembro de 2022 a 31 de outubro de 2023. São Miguel do Fidalgo - PI, 01 de novembro de 2022. Erimar Soares de Sousa, prefeito municipal.

**AVISO DE ADJUDICAÇÃO**

CARONA Nº 004/2022

A Prefeitura Municipal de São Miguel do Fidalgo - PI, em observância aos ditames da Lei 8.666/93, torna público, para conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento das propostas referentes ao processo licitatório nº 054/2022, procedimento nº 004/2022, sob a modalidade Carona, adjudicando o objeto da empresa: Brasil Distribuidora de Medicamentos e Equipamentos Hospitalares LTDA, CNPJ: 30.249.069/0001-14, com o valor de R$2.087.129,59 (dois milhões, oitenta e sete mil, cento e vinte e nove reais e cinquenta e nove centavos).

São Miguel do Fidalgo-PI, 1º de novembro de 2022.
ERIMAR SOARES DE SOUSA
Prefeito

**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO**

CARONA Nº 004/2022

Na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, HOMOLOGO o presente processo licitatório de nº 054/2022, Procedimento nº 004/2022, modalidade Carona, que teve como vencedor a empresa: Brasil Distribuidora de Medicamentos e Equipamentos Hospitalares LTDA, CNPJ: 30.249.069/0001-14, autorizando a ultimação dos atos necessários à contratação, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Miguel do Fidalgo-PI, 1º de novembro de 2022.
ERIMAR SOARES DE SOUSA
Prefeito

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SOCORRO DO PIAUÍ

**AVISO DE LICITAÇÃO**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2022.**

A PM de Socorro do Piauí, informa a realização de pregão. Objeto: Aquisição de material de limpeza. Início da Sessão: 18/11/2022 às 09:00 no Portal de Compras Públicas. Edital: Site do TCE/PI ou sede da prefeitura. Recurso: FPM, FME, FMS, FMAS, conta movimento e outras

Socorro do Piauí/PI, 3 de novembro de 2022
SALOMÃO RODRIGUES DE SOUSA JÚNIOR
Pregoeiro

## PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA
## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

**AVISO**
**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 9/2022**

RESULTADO DE JULGAMENTO DAS HABILITAÇÕES E ABERTURA DE PRAZO RECURSAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 09/2022 - (POR LOTES) - RELANÇAMENTO - CPL OBRAS III. PROCESSO Nº 00050.001361/2022-84 SAAD NORTE

A Comissão Permanente de Licitação (Obras III), vinculada à Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos-SEMA, comunica aos interessados da referida licitação, cujo objeto trata da CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO REJUNTADO COM EMULSÃO E BRITA - NA VILA DILMA ROUSSEFF, ÁREA DE JURISDIÇÃO DA SAAD NORTE, TERESINA-PI, que, após análise, foram Habilitadas as seguintes empresas: Lote I: 1) Construtora Saker Ltda.; 2) Franca Construções, Manutenção e Serviços Ltda.; 3) Arcon Construções e Consultoria Ltda.; 4) Pacon Construções e Imobiliária Ltda.; 5) Construtora Weik Ltda.; 6) I R Serviços de Construções Ltda.; e 7) Ferreira e Pereira Construções e Serviços de Limpeza Ltda. Lote II: 1) Construtora Saker Ltda.; 2) Franca Construções, Manutenção e Serviços Ltda.; 3) Arcon Construções e Consultoria Ltda.; 4) Cruzeiro do Sul Construtora Ltda. (Água Viva); 5) Pacon Construções e Imobiliária Ltda.; 6) Construtora Weik Ltda.; 7) Altos Engenharia Ltda.; e 8) Ferreira e Pereira Construções e Serviços de Limpeza Ltda. Lote III: 1) Construtora Saker Ltda.; 2) Franca Construções, Manutenção e Serviços Ltda.; 3) Arcon Construções e Consultoria Ltda.; 4) Construtora Weik Ltda.; 5) I R Serviços de Construções Ltda.; e 6) Ferreira e Pereira Construções e Serviços de Limpeza Ltda. E Inabilitadas no certame por descumprirem requisitos do Edital as seguintes empresas: Lote I: 1) Mirante Incorporação em Empreendimentos Ltda.: descumpriu os itens 8.2.2.3. "c", "c.1", "d", "d.1".; 8.2.2.5. "a"; e 8.2.2.4 "g"; 2) Construtora Petrópoles e Serviços Ltda.; descumpriu o item 8.2.2.4 "g"; 3) Construtora JAS Ltda.: apresentou o mesmo responsável técnico da VF Sousa & Cia Ltda. prejudicando a isonomia e a competitividade do certame conforme art 9º, II, da lei nº 8.666 e Acórdão nº 1793/2011 do TCU; e 4) VF Sousa & Cia Ltda.: apresentou o mesmo responsável técnico da Construtora JAS Ltda. prejudicando a isonomia e a competitividade do certame conforme art 9º, II, da lei nº 8.666 e Acórdão nº 1793/2011 do TCU. Lote II: 1) Mirante Incorporação em Empreendimentos Ltda.: descumpriu os itens 8.2.2.3. "c", "c.1", "d", "d.1"; 8.2.2.5. "a"; e 8.2.2.4 "g"; 2) Construtora Petrópoles e Serviços Ltda.: descumpriu o item 8.2.2.4 "g"; 3) Construtora JAS Ltda.: apresentou o mesmo responsável técnico da VF Sousa & Cia Ltda. prejudicando a isonomia e a competitividade do certame conforme art 9º, II, da lei nº 8.666 e Acórdão nº 1793/2011 do TCU; e 4) VF Sousa & Cia Ltda.: apresentou o mesmo responsável técnico da Construtora JAS Ltda. prejudicando a isonomia e a competitividade do certame conforme art 9º, II, da lei nº 8.666 e Acórdão nº 1793/2011 do TCU. Lote III: 1) Mirante Incorporação em Empreendimentos Ltda.: descumpriu os itens 8.2.2.3. "c", "c.1", "d", "d.1"; 8.2.2.5. "a"; e 8.2.2.4 "g"; 2) EFEX Engenharia e Construtora Ltda.: descumpriu os itens 8.2.2.3. "c", "c.1", "d", "d.1", e 8.2.2.4 "g"; 3) Construtora Petrópoles e Serviços Ltda.: descumpriu o item 8.2.2.4 "g"; 4) Construtora JAS Ltda.: apresentou o mesmo responsável técnico da VF Sousa & Cia Ltda. prejudicando a isonomia e a competitividade do certame conforme art 9º, II, da lei nº 8.666 e Acórdão nº 1793/2011 do TCU; e 5) VF Sousa & Cia Ltda.: apresentou o mesmo responsável técnico da Construtora JAS Ltda. prejudicando a isonomia e a competitividade do certame conforme art 9º, II, da lei nº 8.666 e Acórdão nº 1793/2011 do TCU. Com base no Art. 109, inciso I, alínea "a", da Lei nº 8.666/93, está aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da última publicação, para interposição de recurso referente à fase de Habilitação. Informamos ainda que o inteiro teor da Ata II - Julgamento das Habilitações, bem como os documentos de habilitação apresentados pelas empresas, encontram-se disponível junto a esta CPL, sediada na SEMA à Rua Firmino Pires, nº 121, Edifício Deolindo Couto, Térreo, Bairro Centro, CEP nº 64.000-070, Teresina-PI e no endereço eletrônico https://pmt.pi.gov.br/teresinensedigital/.

Teresina-PI, 1º de novembro de 2022.
MANOELL TEIXEIRA ABSOLON
Presidente da CPL Obras III
LEONARDO SILVA FREITAS
Secretário Municipal da Administração e Recursos Humanos

## PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO

**EXTRATO DE CONTRATO Nº. 467/2022 - PMU/PI**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 234/2022/PMU/PI
Extrato ao Contrato nº 467/2022 referente a licitação TOMADA DE PREÇOS nº040/2022; Contratante: Município de União-PI; Contratada: THECON ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 22.214.604/0001-73; Objeto: Contratação de empresa para execução das obras de reforma da quadra poliesportiva coberta no Povoado Divinópolis, Zona Rural do Município de União-PI; Fonte de Recursos: FUNDEB, Recursos Próprios, QSE e outros; Valor Total: R$ 214.526,77(duzentos e quatorze mil, quinhentos e vinte e seis reais e setenta e sete centavos); Vigência: 195 (cento e noventa e cinco) dias; Assinatura:03/11/2022.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE URUÇUÍ

**AVISO DE ADIAMENTO**
**CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 4/2022**

Município de Uruçuí - PI. MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 004/2022. REGIME: MENOR PREÇO GLOBAL, com abertura prevista para dia 17 de novembro de 2022 às 09hr00min (nove horas), fica remarcada para o dia 05 de dezembro de 2022 às 09hr00min (nove horas). OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DO EDIFICIO SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE URUÇUÍ-PI, conforme condições e especificações constantes no Projeto Básico e demais Anexos do Edital. MAIORES INFORMAÇÕES PODERÃO SER ADQUIRIDAS DA SEGUINTE FORMA: Na Comissão Permanente de Licitações - CPL, no endereço acima citado, em dias úteis de segunda à sexta, no horário das 08:00 às 12:00 horas; Telefone: (89) 3544 - 1414. E-mail da CPL: cpiurucui@gmail.com. Nos sites: tce.pi.gov.br e urucui.pi.gov.br.

Uruçuí - PI, 3 de novembro de 2022
JOSÉ LENNON ALENCAR DA LUZ
Presidente da CPL.

Id:167C2DE127907894

**PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO PIAUÍ**
**Praça Barão de Gurguéia, 443-Centro-União-PI**
**CNPJ: 06.553.606/0001-30**

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 467/2022**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº** 234/2022
**REFERÊNCIA:** CONTRATO Nº 467/2022
**CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE UNIÃO-PI C.N.P.J. Nº 06.553.606/0001-30.
**CONTRATADA:** THECON ENGENHARIA LTDA, CNPJ Nº 22.214.604/0001-73.
**OBJETO:** Contratação de Empresa para a Execução das Obras de Reforma da Quadra Poliesportiva Coberta no Povoado Divinópolis, Zona Rural do Município de União-PI.
**LICITAÇÃO:** TOMADA DE PREÇOS Nº 040/2022, COM BASE NA LEI Nº 8.666/93.
**VALOR DO CONTRATO:** R$ 214.526,77 (Duzentos e quatorze Mil, quinhentos e vinte e seis reais e setenta e sete centavos).
**FONTE DE RECURSOS:** FUNDEB, Recursos Próprios, QSE e outros.
**VIGÊNCIA CONTRATUAL:** 195 (cento e noventa e cinco) dias.
**DATA DA ASSINATURA:** 03/11/2022
**ASSINAM:** GUSTAVO CONDE MEDEIROS (PELA CONTRATANTE) E O SR FABIO TAJRA HIDD PEARCE BRITO (PELA CONTRATADA).

Visto:
*Gustavo Conde Medeiros*
Prefeito

Id:0047D65B4EF078D4

**ESTADO DO PIAUÍ**
**PREFEITURA DE UNIÃO**

**PORTARIA 470/2022 – GP**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE UNIÃO, ESTADO DO PIAUÍ,** no uso das atribuições legais, que lhe conferem a Lei Orgânica do Município

RESOLVE:

Art. 1 – Designar a servidora **MARIA DO CARMO CARDOSO COSTA** ocupante do cargo de **SECRETÁRIA MEMBRO DA COMISSÃO PERMAMENTE DE LICITAÇÃO** (PORTARIA 358, de abril de 2022), para substituir **TIELLY VANESSA DA ROCHA OLIVEIRA**, ocupante do cargo de **PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO,** no período de férias entre os dias 11 a 20 de novembro de 2022.

Art. 2 – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições legais.

Registre-se,

Publique-se e cumpra-se.

União-PI, 3 de novembro de 2022.

GUSTAVO CONDE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Id:0CC5479698CA75B2

ESTADO DO PIAUÍ
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DO PIAUÍ**
CNPJ: 41.522.285/0001-08
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**
cplpatospi@gmail.com

Prefeitura de PATOS DO PIAUÍ
Um novo tempo, uma nova História.

**AVISO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL**

**Processo nº** 076/2022; **Pregão Eletrônico nº** 023/2022; **Abertura da sessão:** 14:30 horas, do dia 17.11.2022, **Objeto:** Contratação de empresa para prestação de serviço de manutenção de patrimônio para o Município de Patos do Piauí-PI. **Fonte de Recurso:** FPM / ICMS / RECURSOS PRÓPRIOS. **Cópia do edital:** No site do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralic/, e no portal https://www.portaldecompraspublicas.com.br.

Patos do Piauí – PI, 03 de novembro de 2022.

Vinicius Carvalho de Lima
Pregoeiro

Id:01AB1BD3AC7A795D

ESTADO DO PIAUÍ
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DO PIAUÍ**
CNPJ: 41.522.285/0001-08

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PATOS DO PIAUI – PI** PARTICIPA E CONVOCA AS ENTIDADES DE CLASSE, ASSOCIAÇÕES CIVIS COMUNITÁRIAS, CÂMARA MUNICIPAL E MUNÍCIPES EM GERAL, PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA QUE NOS TERMOS DO ARTIGO 48, DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, BEM COMO LEI 141/2012, SERÁ REALIZADA NO DIA *04 DE NOVEMBRO* DO ANO CORRENTE, A PARTIR DAS *09:00 HORAS*, TENDO COMO LOCAL A CAMARA MUNICIPAL, ENCONTRA-SE.

A PAUTA DE TRABALHO SERÁ:

- **Apresentação do Relatório de Gestão da Saúde referente ao 2º Quadrimestre de de 2022.**

PATOS DO PIAUI – PI, 31 de outubro de 2022.

**MARIA AUZENI DA COSTA SOUSA**
**Secretária Municipal de Saúde**

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL / PMU
Fls: .....
.....
UNIÃO-PIAUÍ

# ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇO

**Tomada de Preços n°: 40/2022/CPL**
**Processo Administrativo n°: 234/2022**
**Contrato: n° 467/2022**

**A Prefeitura Municipal de UNIÃO/PI**, inscrita no **CNPJ n° 06.553.606/0001- 30, autoriza** a empresa **THECON ENGENHARIA LTDA,** estabelecida na Rua Machado de Assis n° 1335 B, Bairro Lourival Parente em Teresina, Estado do Piauí, inscrita no CNPJ N° 22.214.604/0001-73, através do **Contrato n° 467/2022,** celebrado entre as partes de acordo com a licitação realizada sob a modalidade **Tomada de Preços n° 040/2022, Execução das Obras de Reforma da Quadra Poliesportiva Coberta no Povoado Divinópolis, Zona Rural do Município de União-PI,** a dar início aos serviços da obra objeto do mencionado Contrato, obedecendo aos padrões técnicos e às exigências descritas no Edital e seus anexos.

- Data da assinatura do Contrato: 03/11/2022.
- Início dos Serviços: a partir da presente data.
- Prazo de Execução: 90 (noventa) dias.
- Valor Total Contratado: R$ 214.526,77 (Duzentos e quatorze Mil, quinhentos e vinte e seis reais e setenta e sete centavos).

**União/PI, 03 de novembro de 2022.**

**Gustavo Conde Medeiros**
**Prefeito Municipal**

**Recebido em: 03/11/2022.**

**Fabio Tajra Hidd Pearce Brito,**
**CPF n° 035.628.933-88**